Análise tridimensional da identidade europeia: Desenho de pesquisa

Three-dimensional analisys of european identity: Research design

Angélica Saraiva Szucko[1]

Resumo: O presente texto corresponde a uma parte da dissertação de mestrado intitulada "Identidade europeia (e)levada ao cubo: um modelo de distribuição espacial das percepções identitárias na União Europeia", a qual foi defendida em 05 de agosto de 2016 na Universidade de Brasília (UnB). O artigo apresenta um modelo de análise tridimensional das percepções nacionais da identidade europeia fundamentado em três variáveis: a identidade cívico-institucional, a identidade histórico-cultural e a identidade nacional. Desta forma, primeiramente se esclarece o desenho de pesquisa proposto e se identificam os indicadores para cada uma das três dimensões identitárias (a cívico-institucional, a histórico-cultural e a nacional). Em seguida, expõe-se o modelo de análise tridimensional da identidade europeia evidenciado pelo "cubo identitário europeu" e os resultados gerais da aplicação do modelo à realidade.

Palavras-chave: Identidade europeia, Análise tridimensional, União Europeia, Desenho de pesquisa, Cubo identitário europeu.

Abstract: This paper corresponds to a part of the master's thesis entitled "European identity taken to the cube: a model of spatial distribution of identity perceptions in the European Union", which was defended on August 5, 2016 at the University of Brasília (UnB). The article presents a three-dimensional model of national perceptions of European identity based on three variables: civic-institutional identity, historical-cultural identity and national identity. In this way, the research design is first clarified and the indicators for each of the three identity dimensions (civic-institutional, historical-cultural and national) are identified. Then, the model of three-dimensional analysis of the European identity evidenced by the "European identity cube" and the general results of the application of the model to the reality is exposed.

[1] Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). Bolsista CAPES durante o mestrado. Doutoranda em Relações Internacionais na Universidade de Brasília (UnB). Professora substituta na Universidade Federal de Goiás. E-mail:angelicaszucko@gmail.com

Keywords: European identity, Three-dimensional analysis, European Union, Research design, European identity cube.

1. Aspectos gerais do desenho de pesquisa

A questão da identidade não foi claramente contemplada nas análises e nas teorias sobre o processo de integração europeu até final dos anos 1980. Por um lado, para Ernest Haas, a questão das identidades tinha um papel minoritário, pois o que direcionava o processo de integração eram as pressões funcionais e a redefinição dos interesses dos atores envolvidos, no caso, as elites políticas europeias; por outro, Karl Deutsch evidenciava, com ligeiro ceticismo, a possibilidade de transferência de lealdade das massas políticas do nível nacional para o supranacional. Na verdade, as identidades europeias constituem-se em uma intersecção complexa entre as elites e as massas populares, e nem Haas nem Deutsch desenvolveram um entendimento refinado sobre a importância da politização das identidades no estudo do processo de integração europeu (CHECKEL E KATZENSTEIN, 2009).

Somente a partir dos anos 1990 e em resposta à renovação do projeto europeu, com o Tratado de Maastricht e a criação da União Europeia, surgem novos estudos, principalmente de viés construtivista, incluindo a questão da identidade como pilar fundamental para compreender a integração regional. Nos últimos anos, a questão identitária vem ganhando destaque também com os cenários de crise monetária na Zona Euro e de aumento dos fluxos migratórios extraeuropeus, que tendem a reforçar os sentimentos nacionalistas em oposição a uma identidade europeia supranacional. Em tempos de incertezas, observa-se que, em geral, os Estados têm optado por responder às adversidades próprias ou sistêmicas recorrendo a soluções mais individuais do que comunitárias, explicitando a vulnerabilidade da identidade europeia.

Desta forma, o estudo da questão identitária e a avaliação do sentimento de pertencimento a um *ethos* europeu são essenciais para entender os rumos do

processo de integração no que se refere ao maior aprofundamento e ao maior alargamento do bloco. Isto porque "*the degree to which a sense of collective identity is necessary depends on the degree of European integration. A low degree of European integration would require a weak European identity and vice versa*." (FUCHS E KLINGEMANN, 2011, p 36)

Nesse sentido, é possível apontar dois fatores: um relacionado à definição dos limites do bloco e outro à legitimidade do mesmo, que ressaltam a pertinência da temática da identidade europeia no momento atual.

O primeiro refere-se a uma questão de viés ontológico sobre o processo de integração europeu, isto é, o que é a União Europeia, quais são os critérios para adentrar ao bloco e até onde é possível estendê-lo. Essa resposta pode ser encontrada nos critérios de Copenhague que definem as condições necessárias para adesão de um novo membro à União Europeia. As questões sobre a definição de quais seriam os limites do bloco europeu estão intrinsecamente ligadas aos últimos alargamentos da união, especialmente os de 2004, 2007 e 2013, e às atuais candidaturas para ingresso. Definir o que se entende por identidade europeia contribui para a delimitação das fronteiras do próprio bloco. Conforme Cerutti (2008, p.6 *apud* FUCHS E KLINGEMANN, 2011, p.30), "*distinction between us and the others is necessary, otherwise identity vanishes into diffusiveness*". No caso europeu, isso se torna ainda mais difícil, uma vez que a identidade europeia está correlacionada a uma série de princípios liberais democráticos do pós-Segunda Guerra Mundial que se expandiram para o mundo como valores universais.

O segundo fator diz respeito à legitimidade e ao suporte ao funcionamento do bloco, pois, conforme já evidenciado em pesquisas, quanto mais os cidadãos se identificam com a União Europeia mais tendem a apoiar suas decisões (RISSE, 2003). Em outras palavras, trata-se do problema do "déficit democrático", conceito cunhado por David Marquand, em 1979. A ausência de um *demos* europeu tende a distanciar a população das decisões tomadas dentro das instituições europeias, gerando tensões internas ao processo de integração, conforme já apontava o relatório Tindemans de 1975. Segundo Leo Tindemans:

> There is a distinct divergence of views between public opinion and those who fulfill a political role in their respective countries. Public opinion is extremely skeptical on the will to establish a genuine European Union and solve the real problems of the day at European level. It wants results and questions the lack of political will on the part of its leaders. (TINDEMANS, 1975, p. 5)

O suporte difuso necessário para um maior adensamento do bloco europeu pode ser compreendido em termos tanto de legitimidade quanto de confiança (EASTON, 1975 apud FUCHS E KLINGEMANN, 2011). Enquanto a legitimidade repousa na crença de que as políticas comunitárias correspondem aos próprios interesses e valores dos cidadãos, a confiança relaciona-se a uma avaliação generalizada sobre a *performance* do processo de integração e ao seu atendimento dos objetivos aos quais se propôs. Segundo Michael Bruter (2005), a emergência de uma identidade política, como é o caso da identidade europeia, pode ser considerada a primeira fonte de legitimação dessa mesma comunidade. O estudo da questão identitária procura observar justamente essa relação de identificação dos cidadãos da União Europeia com o bloco e permite analisar quais fatores contribuem para o aumento da legitimidade e da confiança no processo de integração.

Em relação à temática da identidade europeia existem duas perspectivas diferentes que têm sido utilizadas pela literatura. A primeira, definida como *top-down*, procura definir os limites do que é "ser" europeu e concentra-se nas questões sobre "quem" deveria ser considerado europeu e o que os une em termos de geografia, de valores e de herança cultural. A segunda, conhecida como *bottom-up*, adota uma abordagem focada nas questões comportamentais dos cidadãos da União Europeia de maneira a responder a questionamentos sobre em que medida estes se identificam ou não com o bloco e por quais razões o fazem (BRUTER, 2005).

Segundo Dieter Fuchs (FUCHS E KLINGEMANN, 2011, p. 35), *"identity, in general, and collective identity in particular, are – like all concepts in social science*

– *heavily contested*". De maneira a evitar ambiguidades e a garantir uma fundamentação teórica adequada para o conceito, o autor propõe quatro estratégias a serem aplicadas: 1) diferenciar as perspectivas normativa e empírica; 2) fornecer valor analítico ao conceito; 3) alinhar o conceito a estudos teóricos relevantes; e 4) considerar a operacionalização do conceito de modo a conduzir análises empíricas sistemáticas.

Esta pesquisa é conduzida de acordo com estas quatro estratégias procurando viabilizar, de maneira empírica, mediante a análise de pesquisas de opinião, o estudo da identidade europeia por meio de indicadores analíticos e com respaldo na literatura consolidada sobre o tema. Nesse sentido, distancia-se de abordagens normativas, a exemplo da teoria do patriotismo constitucional de Jürgen Habermas[2], que procuram definir o que deveria ser a identidade europeia pela via *top-down,* e ressalta a perspectiva empírica que consiste em perguntar aos próprios membros da coletividade europeia em que medida estes se identificam como europeus e o que significa ser europeu para eles. A abordagem *bottom-up* é utilizada no trabalho por intermédio dos relatórios das pesquisas de opinião realizadas pelo *Eurobarometer*, instituto vinculado à Comissão Europeia, que, desde 1973, vem monitorando a evolução da opinião pública nos Estados membros; não obstante, Checkel e Katzenstein alertam para a possibilidade de resultados enviesados mediante a utilização de pesquisas de opinião:

> Cross-national surveys and refinements to them are useful for helping to understand basic distinctions in the political orientations of mass publics in Europe and toward EU. But poll risk imposing a conceptual unity on extremely diverse sets of political processes that mean different things in different contexts. Indeed, survey questions may create the attitudes they report, since people wish to provide answers to questions that are posed. (CHECKEL; KATZENSTEIN, 2009, p.10)

[2] Habermas sugere uma fase de desenvolvimento moral das sociedades caracterizada por uma identidade coletiva fundada em princípios universalistas. O patriotismo constitucional (*Verfassungspatriotismus)* pressupõe a aceitação de princípios liberais e democráticos e de procedimentos constitucionalmente definidos. Para mais informações ver: DA SILVA, Filipe Carreira. "Cidadãos da Europa? Algumas reflexões sobre o patriotismo constitucional". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70, 2004, p. 127-145; HABERMAS, Jürgen. "Towards a Cosmopolitan Europe". *Journal of Democracy*, 14 (4), 2003, p. 86-100.

Conforme explicitado, é preciso considerar que o *Eurobarometer* possui suas limitações, pois, em muitos casos, a forma como as perguntas são formuladas nas pesquisas pode induzir respostas que não seriam obtidas espontaneamente; no entanto, esta é uma fonte amplamente reconhecida para estudos sobre a União Europeia e que adota critérios de rigor científico, como a diversificação da amostragem, de modo a garantir resultados mais aproximados à realidade. Ademais, considerando que este trabalho aborda a identificação coletiva das populações nacionais em relação à União Europeia e não exclusivamente as percepções individuais, concebe-se que o resultado das *cross-national surveys* é capaz de nos indicar as tendências predominantes em cada país-membro. Estes motivos justificam a escolha do *Eurobarometer* como uma fonte confiável para embasar a pesquisa.

Este trabalho oferece uma definição operacional e comparativa da identidade europeia assentada em três variáveis fundamentais. Essas três variáveis independentes constituem três dimensões identitárias relevantes para a construção das identidades europeias: a cívico-institucional, a histórico-cultural e a nacional. As percepções das identidades europeias podem ser mais fortes ou mais fracas a depender destas três dimensões.

1.1. A identidade cívico-institucional

Em relação à dimensão cívico-institucional, atribui-se à ideia, largamente difundida na literatura sobre o tema (RISSE, 2002, 2005; CHECKEL; KATZENSTEIN, 2009; FUCHS E KLINGEMANN, 2011) de que o processo de institucionalização contribui para o fortalecimento das identidades europeias ao moldar padrões e comportamentos, e ao inserir-se no dia a dia da população criando novas memórias coletivas compartilhadas. Destarte, quanto maior o grau de percepção das semelhanças entre os membros do bloco e mais positiva a avaliação destas similaridades mais forte é o sentimento de europeidade (FUCHS E KLINGEMANN, 2011). De modo a mensurar a dimensão cívico-institucional, serão utilizados os seguintes indicadores: 1) o grau de adesão aos processos de institucionalização da União Europeia, por exemplo, a participação na Zona Euro e

no Acordo Schengen e 2) a atribuição do sentimento de europeidade a fatores cívico-institucionais, como a economia e as leis[3].

A ideia de que os processos de institucionalização contribuem para o fortalecimento do sentimento de europeidade pode ser exemplificada com as análises sobre a Zona Euro e o Espaço Schengen. Thomas Risse (2002), mediante pesquisas de opinião, demonstrou a relação entre as identidades políticas europeias e o processo de adesão ou não à moeda única. Segundo o autor, o Euro afeta as identidades por meio do sentimento de pertencimento a uma comunidade imaginada, assim como as próprias identidades nacionais delimitam as percepções em relação à adoção dessa moeda comum. Desta forma, pode-se inferir que, em certa medida, países que pertencem à Zona Euro tendem a identificar-se mais como europeus do que aqueles que não adotaram a moeda única.

Essa mesma lógica pode ser aplicada à participação dos países no Acordo Schengen e à fácil mobilidade no espaço europeu. Tais fatos são reforçados pelos dados referentes à percepção das populações de países não membros. De acordo com pesquisa do *Eurobarometer*, sete dos atuais onze países que apresentam percentuais abaixo ou igual a média europeia (67%) em resposta afirmativa à pergunta "Você se sente cidadão da União Europeia?" estão fora da Zona Euro, do Espaço Schengen ou de ambos. São eles: Bulgária (50%), Croácia (63%); Chipre (50%); Hungria (67%); Reino Unido (56%); República Tcheca (62%) e Romênia (65%). Entre os países com porcentagens acima da média europeia e fora da Eurozona estão somente Dinamarca (74%), Polônia (74%) e Suécia (78%); e que não participa do Acordo Schengen, apenas a Irlanda (77%) (EUROPEAN COMMISSION, 2015, p.17).

A identificação com a União Europeia varia conforme as respectivas identidades nacionais e deriva também de diversos domínios, como a cultura, a economia, os esportes, os valores, a geografia, o idioma, entre outros. Por este motivo, é relevante considerar na análise das identidades europeias outras dimensões, como a histórico-cultural e a nacional, para além da cívico-institucional.

---

[3] "*QD4. In your opinion, among the following issues, which are those that most create a felling of community among EU citizens?"* (EUROPEAN COMMISSION, 2015, p. 28)

1.2. A identidade cívico-institucional

No que se refere à dimensão histórico-cultural compreende-se que a existência de um passado comum compartilhado fornece uma memória coletiva por meio de símbolos ou de valores, por exemplo, o que adensa o sentimento de identidade europeia. Nesse sentido, quanto maior o grau de subjetividade atribuído à coletividade europeia e mais forte a conexão afetiva com os países-membros do bloco mais enraizado é o sentimento de identidade europeia (FUCHS; KLINGEMANN, 2011). Como indicadores para esta dimensão, podem-se apontar: 1) a formação ocidental européia no século XX, principalmente a não vinculação ao comunismo durante o período da Guerra Fria; e 2) a atribuição do sentimento de europeidade a fatores como a cultura e a história[4].

A abordagem histórica da identidade europeia ressalta a importância das experiências passadas e das memórias na construção das identidades coletivas. De acordo com Checkel e Katzenstein (2009, p.19) "*the European enlargements of 2004 and 2007 could have happened in other ways. That brought into play very different historical memories from those shared by West Europeans*". Por este motivo, é importante considerar como um dos indicadores da dimensão histórico-cultural a vinculação ou não a regimes comunistas durante a segunda metade do século XX, período no qual as comunidades europeias se desenvolveram e se aprofundaram.

Holly Case, no capítulo *Being European: East and West* do livro *European Identity,* editado por Jeffrey Checkel e Peter Katzenstein, adota uma perspectiva histórica de modo a demonstrar as diferentes percepções da identidade europeia nos países do Leste e do Oeste europeus. Essas diferentes percepções, conforme demonstra a autora, estão fundadas tanto na forma como suas populações experimentaram instituições supranacionais, quanto na constante lembrança da posição que ocuparam/ocupam no continente europeu. O relato do escritor húngaro Péter Esterházy ressalta essa dicotomia entre Leste e Oeste como pares assimétricos:

[4] *Ibidem*.

> *Once I was an Eastern European; then I was promoted to the rank of Central European... Then a few months ago, I became a New European. But before I had the chance to get used to this status – even before I could have refused it – I have now become a non-core European. While I see no serious reason for not translating this new division (core/non-core) with the terms 'first class' and 'second class', still, I'd rather not speak in that habitual Eastern European, forever insulted way*. (ESTERHÁZY, 2005, p. 74-75 *apud* CHECKEL E KATZENSTEIN, 2009, p.112-113).

Essa clara distinção entre duas áreas do continente europeu com características e experiências histórico-culturais diversas é um dos fatores que influencia o sentimento de identificação com a própria União Europeia, uma vez que os cidadãos da Europa Oriental ainda têm dificuldades em se afirmar tão europeus quanto os da parte ocidental. Os alargamentos dos anos 2000 salientam a necessidade dos países do Leste Europeu em adaptar-se às regulações da União Europeia. Em geral, as noções e as ideias sobre o que significa ser europeu foram elaboradas pelos países ocidentais do bloco, visto que estes são os membros fundadores e cabe aos demais adequar-se a esse arcabouço comunitário caso desejem adentrar a união.

Em síntese, o sentimento de europeidade também está baseado nas experiências regionais e na memória política dos cidadãos, e, por esta razão, é importante considerar os aspectos histórico-culturais no estudo das identidades europeias. Tony Judt destaca: "*Europe was able to rebuild itself politically and economically only by forgetting the past, but it was able to define itself morally and culturally only by remembering it"* (MENAND, 2005, p. 168 *apud* CHECKEL E KATZENSTEIN, 2009, p. 127). A própria reconstrução da identidade alemã no pós-Segunda Guerra Mundial se dá em oposição ao seu antigo passado militar nacionalista e mediante a afirmação da europeidade germânica.

1.3. A identidade nacional

Sobre a dimensão identitária nacional, a literatura aponta que a identidade nacional, a qual emerge de uma história compartilhada e está fortemente fundada na experiência comum, é percebida como um dos principais obstáculos para a emergência de uma identidade coletiva pós-nacional europeia. Andrea Schlenker-Fischer afirma, no capítulo *Multiple Identities and attitudes towards cultural diversity in Europe: a conceptual and empirical analysis* do livro editado por Fuchs e Klingemann, que as identidades nacionais mais abertas a outras culturas são mais propícias a uma identificação com uma identidade europeia pós-nacional.

> (...)the national way of framing 'us-them' relations with regard to intra-state 'other' like cultural minorities or immigrants potentially influences this compatibility; that is, the way the national community is constructed with respect to cultural diversity within a country influences citizens readiness to identify with a broader community characterized by high cultural diversity such as Europe/ (FUCHS; KLINGEMANN, 2011, p. 88)

Por estas razões, os indicadores desta dimensão podem ser considerados: 1) o grau de nacionalismo do país[5] e 2) o comportamento em relação a outras culturas e a populações imigrantes[6]. Isto porque essas diferenças culturais simbolizam, na percepção de algumas comunidades, ameaças que as identidades nacionais sofrem por estarem subordinadas à identidade europeia. Schlenker-Fischer propõe a distinção entre três concepções de comunidades nacionais: a primordial/étnica, a tradicional/republicana e a universalista/liberal. Essas três concepções correspondem, respectivamente e em certa medida, às abordagens nacionalista, multinacional e pós-nacional em relação à identidade europeia (FUCHS E KLINGEMANN, 2011 p. 88).

---

[5] "*QD2. Do you see yourself as...? Options: nationality only, nationality and European, European and nationality, total European*" (EUROPEAN COMMISSION, 2015, p. 22)

[6] Classificação do tipo de comunidade entre: primordial/étnica, tradicional/republicana, universalista/liberal. Para mais informações ver: SCHLENKER-FISCHER, Andrea. Multiple Identities and attitudes toward cultural diversity in Europe: a conceptual and empirical analysis. In: FUCHS, Dieter; KLINGEMANN, Hans-Dieter (eds.). *Cultural Diversity, European Identity and the Legitimacy of the EU*. Cheltenham, UK; Northampton, USA: Edward Elgar, 2011

Para as comunidades com concepções primordiais, a diferença básica entre "nós" e "eles" é compreendida como intransponível, pois está relacionada a estruturas que são interpretadas como dadas, a exemplo de uma ancestralidade comum, e não estão sujeitas a mudanças. Nestes casos, a diferença geralmente é associada com a percepção de que os "outros" são inferiores e/ou perigosos e de que a identidade nacional estaria ameaçada por eles. Em contrapartida, as sociedades vinculadas às concepções tradicionais estão respaldadas por fundações sociais comuns, a exemplo do conhecimento implícito das regras de conduta, das tradições e das rotinas comunitárias, as quais delimitam as fronteiras desta coletividade; e, nesse sentido, os "outros" poderiam tornar-se parte desta comunidade coletiva mediante a assimilação gradual e a participação nas tradições comunitárias. Sob uma perspectiva inteiramente distinta, por sua vez, as comunidades universalistas estão fundadas em princípios mais abstratos para a construção de um bem comum e, assim, vislumbram os "outros" como potenciais membros da comunidade.

As concepções de comunidades nacionais propostas por Schlenker-Fischer são tipos ideais; na prática, as identidades coletivas são uma combinação entre as concepções primordial, tradicional e universalista. Esses conceitos nos auxiliam na análise do impacto das identidades nacionais na construção das identidades europeias, uma vez que:

> (...) the extent to which people identify with Europe might be influenced by the way they frame their national identity. That is, national and European identities are compatible to different degrees depending on the way the national political community is framed with respect to cultural diversity. (FUCHS; KLINGEMANN, 2011 p. 94).

O estudo realizado por Andrea Schlenker-Fischer sobre a relação entre os modelos das comunidades nacionais e a emergência de uma identidade europeia mais forte ou não contribui para a construção dos indicadores da dimensão identitária nacional deste trabalho. Não obstante, Schlenker-Fischer evidencia as limitações de seu argumento ao afirmar, com base nos resultados de sua pesquisa, que uma perspectiva nacionalista, apesar da tendência, não necessariamente cria um impasse entre a identificação mútua com os âmbitos nacional e europeu.

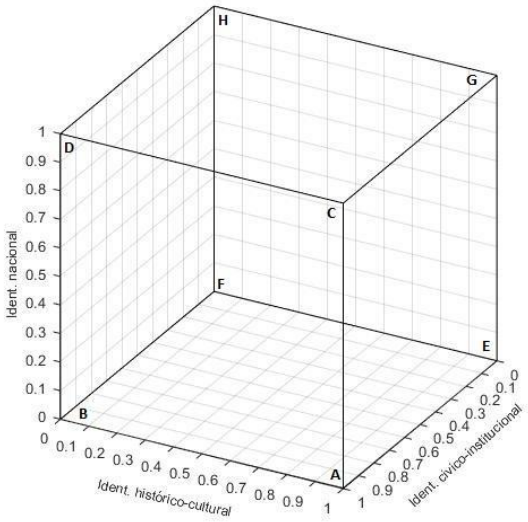
> While the patterns found in Greece and the United Kingdom confirms the hypothesis, a majority of Germans and Austrians reject cultural diversity on the national level but national and European pride are still mutually reinforcing. Thus, a (primordial) ethnic way of framing national community does not necessarily go hand in hand with a nationalist attitude towards the European Union. This is an interesting result demanding further interpretation. (FUCHS E KLINGEMANN, 2011, p.111)

Nesse sentido, não é suficiente analisar apenas a questão do nacionalismo e da aceitação da diversidade cultural para compreender o sentimento de identidade europeia. É preciso considerar, também, outras variáveis e este trabalho se propõe a completar essa lacuna ao somar as dimensões cívico-institucional e histórico-cultural à nacional, em uma análise tridimensional da identidade europeia. Desta forma, ambiciona-se uma abordagem inovadora mais ampla e complexa sobre as particularidades das diferentes identidades europeias.

2. O cubo identitário europeu – modelo de análise tridimensional

Como demonstrado até esta seção, a construção da identidade europeia é influenciada por diversos fatores e pode assumir diferentes significados a depender da combinação destas três dimensões mencionadas. Este trabalho propõe a conjugação destes três aspectos identitários em uma análise tridimensional da identidade europeia, explicitada no formato de um cubo, onde cada uma de suas dimensões se refere a um dos aspectos identitários: o cívico institucional, o histórico-cultural e o nacional, conforme abaixo:

Figura 1: O "cubo identitário europeu"



FONTE: elaboração própria

A partir da junção das três dimensões, são formados oito vértices, nomeados de A até H, que constituem oito tipos ideais das identidades europeias. A tabela abaixo resume as características desses tipos ideais.

Tabela 1 – Características dos oito tipos ideais do "cubo identitário europeu"

	IDENTIDADE NACIONAL	IDENTIDADE HISTÓRICO-CULTURAL	IDENTIDADE CÍVICO-INSTITUCIONAL
A	FRACA	FORTE	FORTE
B	FRACA	FRACA	FORTE
C	FORTE	FORTE	FORTE
D	FORTE	FRACA	FORTE
E	FRACA	FORTE	FRACA
F	FRACA	FRACA	FRACA
G	FORTE	FORTE	FRACA
H	FORTE	FRACA	FRACA

FONTE: elaboração própria

O ponto localizado no vértice A pode ser considerado o tipo ideal, em sua excelência, para constituição de uma identidade europeia pós-nacional, pois reúne, além de um baixo nacionalismo - que permite uma maior abertura a uma identidade que ultrapasse os limites estatais - um forte passado histórico-cultural comum - responsável por forjar densas memórias coletivas compartilhadas - e um alto grau de institucionalização - que reitera diariamente a existência dessa

comunidade europeia imaginada no subconsciente da população. Diametralmente oposto ao vértice A, localiza-se o vértice H, que apresenta características que tendem a dificultar a emergência de uma identidade europeia pós-nacional, a exemplo do forte nacionalismo - o qual contribui para formação de uma comunidade nacional étnica excludente - bem como do fraco passado histórico-cultural comum e do baixo grau de institucionalização - os quais não são capazes de fomentar elementos compartilhados de uma identidade europeia.

Os pontos B e G também são diametralmente opostos. Enquanto o vértice B se caracteriza pelas identidades nacional e histórico-cultural fracas e apresenta um alto grau de institucionalização, o G possui identificação nacional e passado histórico comum fortes e baixa institucionalização. Países do Leste Europeu que aderiram à Zona Euro e ao Acordo Schengen e que são mais abertos à diversidade cultural e com baixo grau de nacionalismo tenderiam a aproximar-se do ponto B, ao passo que, próximo ao ponto G, se localizam países que, apesar de compartilharem experiências históricas com os demais membros do bloco, não confiam nas instituições da União Europeia, delas não participam ativamente e possuem um nacionalismo exacerbado, como é o caso do Reino Unido. O euroceticismo britânico e a descrença nas instituições do bloco são características que evidenciam a posição ocupada pelo país no "cubo identitário europeu".

Na mesma lógica, os vértices C e F opõem-se um ao outro. O ponto C apresenta todas as três dimensões identitárias fortes, o que sinaliza que a existência de populações nacionalistas não impede, necessariamente, o aprofundamento da integração regional se outras dimensões também se fortalecerem. Nessa situação, os valores nacionais geralmente tendem a ser compatíveis com os comunitários, e ambas as identidades se mesclam, de maneira que alguns componentes da identidade nacional estão imersos na identificação europeia e vice-versa. O ponto F, em oposição, possui todas as três variáveis identitárias fracas. Nesse caso, significaria que a ausência de uma identidade nacional forte e a abertura à diversidade cultural seriam os principais elementos de identificação com a União Europeia.

Os pontos D e E também são opostos nos espectros do "cubo identitário europeu". Por um lado, o vértice D caracteriza-se por identidade nacional e cívico-

institucional fortes, ainda que a dimensão histórico cultural seja fraca; por outro lado, o vértice E apresenta um forte passado histórico compartilhado com os membros do bloco, baixo nacionalismo e pouca institucionalização. Os países do Leste Europeu que passaram a integrar a União Europeia nos últimos processos de alargamento tendem a migrar das posições aproximadas de F para B ou de H para D, a depender do baixo ou alto grau de nacionalismo, respectivamente. Isto porque estes países são obrigados, assim que atingem os critérios necessários, a incorporar os avanços na institucionalização do bloco de acordo com o *acquis communautaire*. Em outras palavras, mais cedo ou mais tarde, estes países deverão aderir à Zona Euro e participar do Acordo Schengen.

A perspectiva construtivista entende que as identidades estão em constante transformação, e, desta forma, os países podem mudar de posição nos espectros do cubo ao longo do tempo, principalmente em relação aos aspectos cívico-institucionais, os quais são os mais passíveis de alterações no curto e médio prazos. Este é o caso, por exemplo, dos países que aderiram recentemente ao Euro. Ademais, vale ressaltar que os países não ocupam, necessariamente, os vértices do cubo, embora alguns se aproximem mais ou menos de um determinado tipo ideal entre os oito existentes.

Apenas para exemplificar, pode-se dizer que a Grécia ocuparia uma posição próxima ao vértice C, uma vez que apresenta as três dimensões identitárias - nacional, histórico-cultural e cívico institucional - fortes, o que se traduz em altos graus de nacionalismo, de passado histórico-cultural comum e de institucionalização. Seguindo o mesmo raciocínio, e conforme mencionado anteriormente, o Reino Unido se aproximaria do vértice G, em função das características similares às da Grécia nas dimensões nacional e histórico-cultural e, por outro lado, de seu baixo grau de institucionalização. A Suécia, por sua vez, tende a localizar-se ao redor do vértice E, pois, embora detenha um forte passado histórico comum e um baixo grau de institucionalização, como o Reino Unido, possui um nacionalismo fraco, que permite a emergência de uma identidade pós-nacional. É interessante observar a diferença entre o sentimento de europeidade da população do Reino Unido e da Suécia, conforme apontam as pesquisas do *Eurobarometer*. Enquanto na Suécia 78% da população se identificam como

cidadãos da União Europeia, situando-se acima da média europeia de 67%, no Reino Unido, esse percentual cai para 56% (EUROPEAN COMMISSION, 2015, p. 17).

A proposta de uma análise tridimensional da identidade europeia permite a inclusão de diferentes variáveis que atuam sobre a construção dessas identidades, bem como a percepção dos diversos matizes das mesmas. Conforme afirmam Fuchs e Klingemann (2011, p. 113), "*the empirical reality that European citizens espouse a multiplicity of identities poses difficulties in terms of research design, but opens spaces for the construction of ever larger and multiple identities*".

Em relação às teorias sobre identidades múltiplas, o modelo do bolo marmorizado (*marble cake*), proposto por Thomas Risse (2003), pressupõe que alguns elementos de uma identidade coletiva podem estar imersos em outra identidade coletiva. A maior implicação deste modelo para a compreensão do caso europeu é de que a identidade europeia significa distintas coisas para pessoas diferentes, uma vez que elementos de outras identidades estão imersos na construção das identidades europeias. A proposta do "cubo identitário europeu" busca, em certa medida, dar conta dessa complexidade, embora a análise ainda se restringe ao plano nacional, isto é, à percepção geral dos Estados membros mediante a utilização de *cross-national surveys*, e não ao entendimento singular dos indivíduos. Isto porque se espera, de alguma forma, explicar como essa percepção predominante das populações nacionais tem implicações nas ações do país quanto aos avanços e aos aprofundamentos do próprio processo de integração.

3. As percepções nacionais da identidade europeia – resultados gerais

Até esta seção foi apresentado o desenho de pesquisa do modelo de distribuição espacial da identidade europeia com base em três dimensões: a identidade cívico-institucional, a identidade histórico-cultural e a identidade nacional. Com o intuito de validar a construção teórica proposta, as percepções nacionais da identidade europeia dos atuais 28 países-membros da União Europeia

no ano de 2015 foram classificadas e dispostas no "cubo identitário europeu"[7]. Considerando os indicadores apresentados anteriormente e detalhados no apêndice deste artigo, expõem-se os resultados gerais da pesquisa. A pontuação para cada um dos itens dos indicadores das três dimensões identitárias varia até três, de modo a medir, equilibradamente, todos os aspectos propostos. Ademais, o resultado final obtido para cada dimensão identitária foi ponderado em uma escala de 0 a 1, sendo 0 o extremo mais fraco e 1 o mais forte. A tabela com os dados referentes a cada um dos itens dos indicadores[8] e a média ponderada entre 0 e 1 do valor obtido para cada uma das dimensões identitárias assim como o gráfico abaixo ilustram os resultados:

[7] Ver resultados detalhados em: SZUCKO, Angélica Saraiva. Identidade europeia (e)levada ao cubo: um modelo de distribuição espacial das percepções identitárias na União Europeia, UnB: 2016 (Dissertação de mestrado).

[8] Ver apêndice.

Tabela 2 - Resultados dos indicadores das dimensões identitárias

	Identidade Cívico-institucional					Identidade Histórico-cultural				Identidade nacional		
Indicadores / Estados membros	1.1	1.2	2.1	2.2	Id.CI	3.1	4.1	4.2	Id.HC	5.1	6.1	Id.N
Alemanha	3	3	1	2	0,750	3	3	0	0,667	0	1	0,167
Austria	3	3	1	0	0,583	3	2	0	0,556	2	2	0,667
Bélgica	3	3	1	0	0,583	3	3	3	1,000	1	2	0,500
Bulgária	0	0	2	0	0,167	0	2	0	0,222	2	3	0,833
Chipre	3	0	1	0	0,333	3	3	0	0,667	3	3	1,000
Croácia	0	0	2	0	0,167	0	3	0	0,333	1	2,5	0,583
Dinamarca	0	3	0	0	0,250	3	3	2	0,889	1	1	0,333
Eslováquia	3	3	0	0	0,500	0	1	2	0,333	1	2	0,500
Eslovênia	3	3	2	0	0,667	0	1	0	0,111	1	2	0,500
Espanha	3	3	3	0	0,750	3	2	1	0,667	0	1	0,167
Estônia	3	3	3	0	0,750	0	2	0	0,222	1	2	0,500
Finlândia	3	3	0	1	0,583	3	0	0	0,333	2	1	0,500
França	3	3	0	0	0,500	3	3	2	0,889	1	1	0,333
Grécia	3	3	0	0	0,500	3	3	1	0,778	3	3	1,000
Hungria	0	3	2	0	0,417	0	3	1	0,444	1	2	0,500
Irlanda	3	0	1	0	0,333	3	2	0	0,556	2	2	0,667
Itália	3	3	1	0	0,583	3	3	0	0,667	1	2	0,500
Letônia	3	3	0	0	0,500	0	2	0	0,222	3	2	0,833
Lituânia	3	3	3	0	0,750	0	2	0	0,222	2	3	0,833
Luxemburgo	3	3	0	0	0,500	3	3	1	0,778	0	1	0,167
Malta	3	3	1	0	0,583	3	3	0	0,667	0	2,5	0,417
Paises Baixos	3	3	2	0	0,667	3	1	1	0,556	0	1	0,167
Polônia	0	3	3	0	0,500	0	2	1	0,333	2	2,5	0,750
Portugal	3	3	0	0	0,500	3	2	0	0,556	2	2	0,667
Reino Unido	0	0	1	0	0,083	3	3	0	0,667	3	2	0,833
República Tcheca	0	3	0	0	0,250	0	2	3	0,556	2	2	0,667
Romênia	0	0	2	1	0,250	0	0	0	0,000	2	2,5	0,750
Suécia	0	3	0	0	0,250	3	1	2	0,667	1	1	0,333

Fonte: elaboração da autora

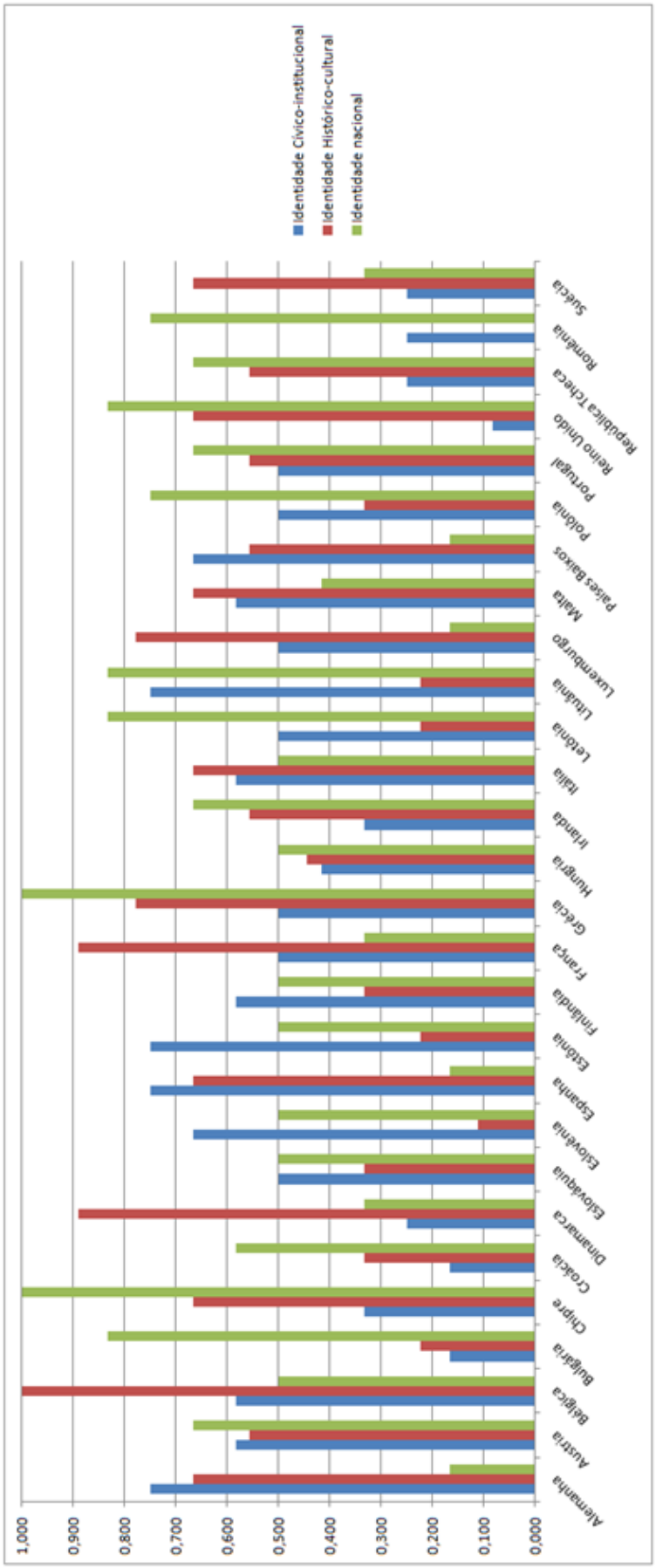


Figura 2 - Resultado das dimensões identitárias dos Estados membros da União Europeia

Fonte: elaboração da autora

Em relação à dimensão cívico-institucional, os principais elementos considerados foram a participação do país na Zona Euro e no Espaço Schengen no ano de 2015, bem como a atribuição do sentimento de europeidade à economia e ao Estado de Direito europeus, com base nos relatórios do *Eurobarometer* daquele ano. Nesse sentido, entre os países com a identidade cívico-institucional mais preeminente (igual ou acima de 0.750), destacam-se Alemanha, Espanha, Estônia e Lituânia. A Alemanha é o grande condutor do aprofundamento da institucionalização europeia e preza pelo cumprimento das normas acordadas. No caso da implementação do Euro, por exemplo, devido ao receio germânico quanto à força e à estabilidade da moeda comum quando comparado à sua moeda nacional, a Alemanha foi o principal país a insistir para que os critérios de convergência estabelecidos no Tratado de Maastricht fossem rigidamente cumpridos.

Estônia e Lituânia, que aderiram ao Euro, respectivamente, em 2011 e 2015, também apresentaram alto grau de institucionalização, o qual, possivelmente, está relacionado tanto às mudanças pelas quais os países passaram para adotar a moeda comum, quanto às expectativas em torno da entrada na Zona Euro. A Letônia, que ingressou na Zona Euro em 2014, também apresentou um nível considerável (0.500) de identidade cívico-institucional, ainda que abaixo dos demais países bálticos.

Ao contrário, os países com os menores índices de identidade cívico-institucional (igual ou abaixo de 0.250), a saber, Bulgária, Croácia, Dinamarca, Reino Unido, República Tcheca, Romênia e Suécia, estão todos fora da Zona Euro. À exceção do Reino Unido e da Dinamarca, que acordaram uma opção de exclusão no Tratado de Maastricht, o qual determinou as bases para a União Econômica e Monetária (UEM), dispensando-os da participação na Zona Euro, todos os demais Estados membros da União Europeia são legalmente obrigados a aderir à moeda comum assim que sejam atendidos os critérios de convergência. A Suécia tem contornado essa exigência mediante o não cumprimento dos critérios mencionados. Para os demais países, que entraram no bloco após o estabelecimento da UEM, aplica-se o critério de Copenhague referente ao acervo comunitário (*acquis communautaire*).

De maneira semelhante, quatro destes países com baixa identidade cívico-institucional, Bulgária, Croácia, Reino Unido e Romênia, estão fora do Espaço Schengen. O Reino Unido, assim como a Irlanda, mantém a opção de exclusão, enquanto os demais devem aderir ao acordo de livre circulação, conforme determinado pelo Tratado de Amsterdã que o incorporou à legislação do bloco.

No que diz respeito à dimensão histórico-cultural, a vinculação com regimes autoritários comunistas durante a Guerra Fria, por meio seja da União Soviética ou dos próprios governos nacionais[9], foi um dos indicadores utilizados, pois simboliza um afastamento da formação ocidental europeia de tradição democrática desde o final da Segunda Guerra Mundial. Outro critério adotado para mensurar esta dimensão foi a identificação do sentimento de europeidade com a cultura e a história compartilhadas, segundo dados do *Eurobarometer* de 2015.

Nesta dimensão, Bélgica, Dinamarca, França, Grécia e Luxemburgo apresentaram os índices mais altos (igual ou acima de 0.750). A Grécia é considerada, em muitos casos, o berço da civilização europeia ocidental, ainda que sua formação seja permeada por diversos matizes culturais. Um dos grandes legados gregos refere-se à inspiração democrática no exemplo histórico de suas cidades-estados, principalmente de Atenas[10]. A França, por sua vez, disseminou, por meio dos princípios iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade, seus valores para toda Europa Ocidental. A Revolução Francesa simbolizou um marco na história europeia e mundial ao inaugurar a Idade Contemporânea e serviu de incentivo para outros países trilharem o mesmo caminho de derrubada dos regimes absolutistas e para o crescimento das repúblicas liberais democráticas.

Entre os países com a identidade histórico-cultural mais fraca (igual ou menor que 0.250), estão Bulgária, Eslovênia, Estônia, Letônia, Lituânia e Romênia. Todos estes países estiveram vinculados a regimes autoritários comunistas durante a segunda metade do século XX. De um lado, a Eslovênia integrava a República Socialista Federativa da Iugoslávia; do outro lado, Estônia, Letônia e

[9] No caso dos países que se formaram após a dissolução da Iugoslávia, considerou-se o governo socialista de Josip Broz Tito como um distanciamento da formação ocidental europeia no século XX.

[10] Vale ressaltar que, na Grécia Antiga, a participação política estava restrita a uma pequena elite, que excluía mulheres, escravos e estrangeiros. O sufrágio universal só foi conquistado nos séculos XIX e XX.

Lituânia pertenciam a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A Bulgária, entre 1946 e 1990, quando esteve sob o comando do Partido Comunista Búlgaro, era denominada República Popular da Bulgária. A Romênia ficou conhecida como República Popular da Romênia, entre 1947 e 1965 e, posteriormente, como República Socialista da Romênia, até 1989. Destarte, a aproximação com regimes comunistas os distanciava dos ideais democráticos liberais da Europa Ocidental, e estes países tiveram de passar por enormes reformas e transformações internas para atenderem às condições necessárias para entrada na União Europeia, em especial os critérios políticos de garantia de democracia, do Estado de Direito e de proteção aos direitos humanos, e o econômico de estabilidade do mercado. Em relação ao acervo comunitário, a maioria ainda está em processo de consolidação, uma vez que é permitido dividi-lo em diversas etapas com prazos diferentes para internalização.

Para mensurar a identidade nacional, foram utilizados tanto os resultados das pesquisas de opinião do *Eurobarometer* de 2015 quanto da análise empírica realizada por Andrea Schlenker-Fischer no artigo *"Unity in diversity"? The acceptance of cultural diversity and its impact on the compatibility of national and European identity*, apresentado em 26 de junho de 2010, no *European Consortium for Political Research (ECPR) - Fifth Pan-European Conference*. Por este motivo, a classificação dos tipos de comunidades entre étnica, cultural/republicana e cívica/liberal não incluía a Croácia naquele momento; no entanto, com base nos dados utilizados por Schlenker-Fischer, foi possível classificar aproximadamente o país entre comunidade étnica e cultural com a pontuação de 2,5 para este item, à semelhança de Malta, Polônia e Romênia[11].

Vale ressaltar ainda que não existem relatórios mais recentes que abrangem os indicadores utilizados para que seja realizada uma classificação mais atual dos tipos de comunidade, conforme proposto por Schlenker-Fischer, de cada um dos Estados membros da União Europeia; contudo, é importante considerar que, embora os dados de um dos indicadores da dimensão identitária nacional sejam de

[11] Ver detalhes da classificação da Croácia em: SZUCKO, Angélica Saraiva. Identidade europeia (e)levada ao cubo: um modelo de distribuição espacial das percepções identitárias na União Europeia, UnB: 2016 (Dissertação de mestrado).

2010, e não de 2015, a identidade nacional não se altera tão drasticamente em um curto período de tempo[12]. A identidade cívico-institucional está sujeita a um maior número de mudanças no curto e médio prazos, enquanto as dimensões histórico-cultural e nacional tendem a manter uma relativa estabilidade devido ao fato de estarem mais enraizadas no subconsciente e na memória coletivos das populações. Por estes motivos e na ausência de dados mais atualizados em relação aos tipos de comunidade, optou-se pela utilização da classificação proposta do Andrea Schlenker-Fischer em seu artigo de 2010, com a inclusão da Croácia categorizada pela própria autora deste artigo.

Os países que apresentaram um grau de nacionalismo mais proeminente (igual ou acima de 0.750) foram Bulgária, Chipre, Grécia, Letônia, Lituânia, Polônia, Reino Unido e Romênia. Esses países, em geral, têm mais dificuldades em aceitar a diversidade cultural, a integração dos imigrantes e/ou a constituição de identidades múltiplas, identificando-se primordialmente como "apenas nacionais" em vez de "nacionais e europeus" ou "europeus e nacionais". O Reino Unido é um grande exemplo de país que, a despeito da sociedade multicultural existente em Londres, não integra verdadeiramente os imigrantes, colocando-os como cidadãos de segunda categoria e criando guetos culturais e raciais dentro do próprio país.

Entre os países do menor grau de nacionalismo (igual ou abaixo de 0.250), estão Alemanha, Espanha, Luxemburgo e Países Baixos. O caso espanhol é peculiar para a análise da identidade nacional. É interessante notar que grande parte da população se identifica mais com a sua região, a exemplo da Catalunha, do País Basco e da Andaluzia, do que com a nação espanhola. Talvez por este motivo, a identidade nacional seja fraca no país, e a população esteja mais aberta a identificação com identidades múltiplas (ex: catalão, espanhol e europeu). Na Alemanha, conforme mencionado anteriormente, a construção da identidade germânica no pós-Segunda Guerra Mundial esteve vinculada à ideia de uma Europa unida, e, por este motivo, as identidades alemã e europeia se misturam na percepção da população. Em Luxemburgo e nos Países Baixos, ocorre um fenômeno semelhante em que a identidade nacional perde a sua força face à

[12] Ainda que o aumento no fluxo de refugiados para o continente nos últimos anos possa ter modificado a aceitação em relação à população imigrante nos países da União Europeia.

identidade europeia. Em resposta a pergunta "Você se identifica como..?", esses quatro países apresentam as menores porcentagens para opção "apenas nacional". São elas: Alemanha (25%), Espanha (28%), Luxemburgo (17%) e Países Baixos (26%). Ademais, em resposta ao mesmo questionamento, Espanha (6%) e Luxemburgo (7%) possuem os percentuais mais elevados para a opção "apenas europeu" (EUROPEAN COMMISSION, 2015, p.22).

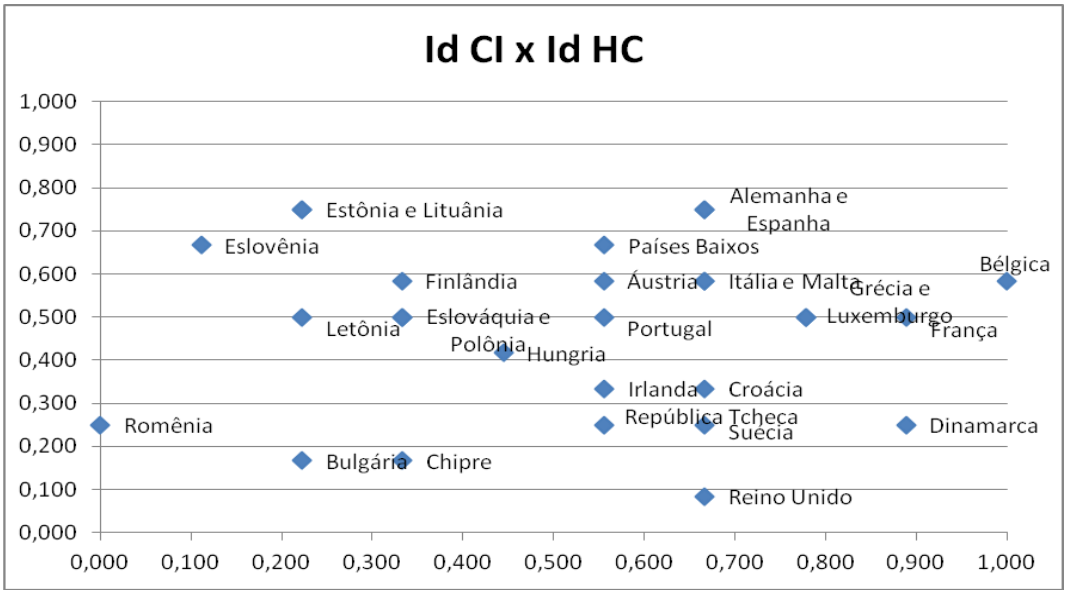
4. Análises bidimensionais

Nesta seção, apresentam-se gráficos bidimensionais referentes às três variáveis utilizadas nesta pesquisa de modo a comprovar que não existe multicolinearidade entre elas. A colinearidade é a propriedade que indica que, em um conjunto de três ou mais pontos, eles estão posicionados de tal forma que é possível traçar uma reta que contenha todos eles. Em outras palavras, a colinearidade significa que quanto mais uma variável aumenta, a outra também aumenta na mesma proporção.

4. 1. Identidade cívico-institucional x Identidade histórico-cultural

Ao comparar os valores obtidos nas dimensões cívico-institucional e histórico-cultural observa-se que não há colinearidade entre estas duas variáveis, pois os países estão dispersos pelo gráfico de forma que não é possível traçar uma única reta entre eles. Alguns países, como Alemanha e Espanha, têm altos índices em ambas as dimensões; enquanto outros, a exemplo de Bulgária e Chipre, apresentaram valores baixos nas mesmas. Outros obtiveram resultados altos na dimensão cívico-institucional e baixos na histórico-cultural, como a Estônia e a Lituânia; ou o inverso, alta identidade histórico-cultural e baixa cívico-institucional, a exemplo do Reino Unido e da Dinamarca. É possível notar ainda uma concentração dos países que fazem parte do bloco há mais tempo do lado direito do gráfico e dos países que adentraram recentemente do lado esquerdo, em função do grau de identificação histórico-cultural.

Figura 2 – Identidade cívico-institucional x Identidade histórico cultural

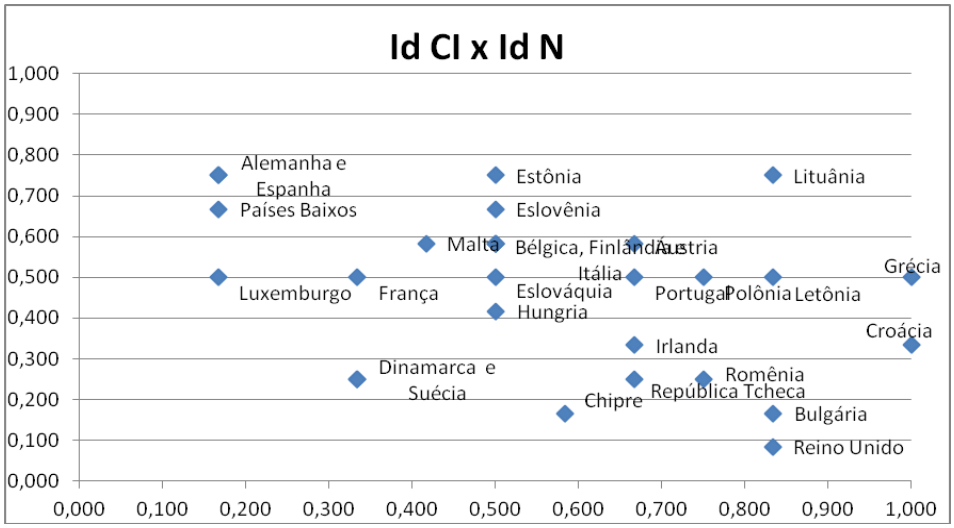


FONTE: elaboração própria

4. 2. Identidade cívico-institucional x Identidade nacional

No que tange às dimensões cívico-institucional e nacional conclui-se que também não há colinearidade, uma vez que os países estão dispostos pelo gráfico sem formar uma reta. No entanto, observa-se que, em geral, há uma tendência de que os países que apresentam identidade nacional mais acentuada sejam mais reticentes no aprofundamento institucional do bloco. Há exceções como Dinamarca e Suécia que apresentam baixa identidade em ambas as dimensões ou ainda a Lituânia que obteve valores elevados tanto na cívico-institucional quanto na nacional. De acordo com o exposto nos dados, a consolidação cívico-institucional aliada ao baixo grau de nacionalismo favoreceria a emergência de uma identidade pós-nacional, como ocorre nos casos da Alemanha, da Espanha e dos Países Baixos.

Figura 3 – Identidade cívico-institucional x Identidade nacional

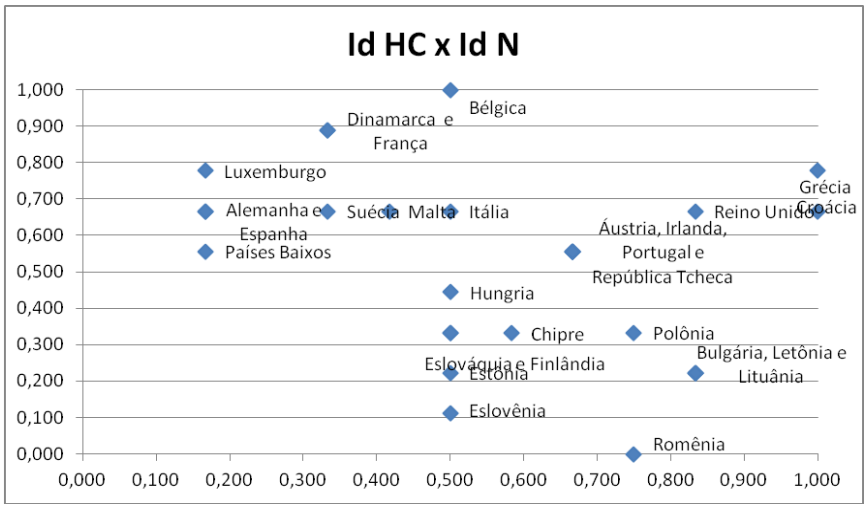


FONTE: elaboração da autora

4. 3. Identidade histórico-cultural x Identidade nacional

Em relação às dimensões histórico-cultural e nacional tampouco há colinearidade. Alguns países apresentam identidade histórico-cultural alta e nacional baixa, como é o caso de Luxemburgo, Alemanha e Espanha; outros, ao contrário, têm baixa identificação histórico-cultural e alto nacionalismo, a exemplo Bulgária, Letônia e Lituânia. Grécia e Croácia obtiveram valores altos tanto na dimensão histórico-cultural quanto na nacional; no entanto, nenhum país apresentou valores baixos em ambas as dimensões. Este é um fator interessante, pois significa que, em alguma medida, os países com baixa identidade nacional tendem a identificar-se mais com a região ou com a própria Europa e o fazem mediante um passado compartilhado, o que favorece a consolidação do sentimento de europeidade.

Figura 4 – Identidade histórico-cultural x Identidade nacional



FONTE: elaboração da autora

5. Considerações finais

Este artigo elaborou um o desenho de pesquisa para a análise da identidade européia fundamentado em três variáveis – cívico-institucional, histórico-cultural e nacional. A partir desse desenho foi elaborado um modelo de distribuição espacial das percepções nacionais da identidade europeia, denominado "cubo identitário europeu".

Em relação ao método de pesquisa utilizado, a pesquisa adotou uma abordagem dedutiva, de modo a demonstrar o argumento construtivista de constituição identitária conjunta entre agente e estrutura e se valeu de instrumentos tanto qualitativos, como a análise comparativa, quanto quantitativos, a exemplo dos relatórios do *Eurobarometer*. No que tange à utilização das pesquisas de opinião realizadas pelo *Eurobarometer*, o trabalho reitera a perspectiva *bottom-up*, a qual valoriza a percepção dos próprios cidadãos e seu sentimento de identificação com o bloco, em detrimento de abordagens normativas *top-down*, que determinam quais seriam os aspectos definidores da europeidade e o que significaria "ser europeu". Nesse sentido, o trabalho viabiliza, de maneira empírica, uma definição operacional da identidade europeia e a mensuração das percepções nacionais sobre ela, mediante indicadores analíticos de cada uma das variáveis escolhidas para o estudo.

Cada uma das variáveis corresponde a uma das dimensões identitárias europeias. Resumidamente, a identidade cívico-institucional vincula-se ao adensamento do processo de institucionalização da União Europeia, o qual molda padrões e comportamentos intensificando a identificação da população com o bloco, que passa a inserir-se mais ativamente no cotidiano dos mesmos. A identidade histórico-cultural, por sua vez, relaciona-se a um passado compartilhado e a memórias coletivas que forjam um sentimento de identificação comum. A identidade nacional, ao contrário das anteriores, enfraquece, por meio da valorização do nacionalismo, a emergência de uma identidade nacional europeia pós-nacional. Com bases nos pressupostos destas três variáveis, construiu-se um modelo de análise tridimensional da identidade europeia.

O modelo tridimensional proposto busca, em certa medida, dar conta da complexidade do estudo das percepções da identidade europeia, a qual é permeada por diferentes elementos em sua constituição. Este artigo conclui que quanto mais fortes forem as dimensões cívico-institucional e histórico-cultural e mais fraca for a identidade nacional maior é a possibilidade de emergência de uma identidade europeia pós-nacional. Ademais, ressalta-se, tendo por base o argumento construtivista de que as identidades estão em constante transformação, que a posição aproximada dos Estados membros dentro do "cubo identitário europeu" pode modificar-se ao longo do tempo.

Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BRUTER, Michael. Citizens of Europe? *The emergence of a Mass European Identity*. Palgrave Macmillan: New York, 2005.

CHECKEL, Jeffrey T.; KATZENSTEIN, Peter J. (ed.) *European Identity*. Cambridge University Press, 2009.

COLLIER, Ruth B. *Paths toward democracy: the working class and elites in Western Europe and South America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

DA SILVA, Filipe Carreira. Cidadãos da Europa? Algumas reflexões sobre o patriotismo constitucional. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70, 2004, p. 127-145.

EUROPEAN COMMISSION. EU 15 Report. *Eurobarometer* 57, Spring, October 2002.

EUROPEAN COMMISSION. European citizenship. *Standard Eurobarometer* 83, Spring, May 2015.

FUCHS, Dieter ; KLINGEMANN, Hans-Dieter (eds.). Cultural Diversity, European Identity and the Legitimacy of the EU. Cheltenham, UK; Northampton, USA: Edward Elgar, 2011.

HABERMAS, Jürgen. Why Europe Needs a Constitution. *New Left Review* 11, September-October, 2001.

HABERMAS, Jürgen. Towards a Cosmopolitan Europe. *Journal of Democracy*, 14 (4), 2003, p. 86-100.

HOOGHE, Liesbet; MARKS, Gary. Multiple identities. In: _____. *Multi-Level Governance and European Integration*. Rowman & Littlefield Publishers: Oxford, 2001.

KRAUS. Peter A. *A Union of Diversity: Language, Identity and Polity-Building in Europe*. Cambridge University Press: Cambridge, 2008.

LOTH, Wilfried. Identity and Statehood in the Process of European Integration. *Journal of European Integration History*, Vol 6 (1), pp. 19-32, 2000MCLAREN, Lauren M. *Identity, Interests ans Attitudes to European Integration*. Palgrave Macmillan: New York, 2006.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PUBLIC OPINION MONITORING UNIT. European Elections 2014: analytical overview. *TNS Opinion*, October 2014.

RAMOS, Leonardo; MARQUES, Sylvia Ferreira; JESUS, Diego Santos Vieira. *A União Europeia e os estudos de integração regional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

RISSE, Thomas. The Euro and Identity Politics in Europe. In: CONFERÊNCIA "THE YEAR OF THE EURO", Nanovic Institute for European Studies, University of Notre Dame, Dec. 6-8, 2002.

RISSE, Thomas. "European institutions and identity change: what have we learned?" In: HERRMANN, Richard; BREWER, Marylinn, RISSE, Thomas (eds). *Identities in Europe and the institutions of European Union*. Lanhan MD: Rowman & Littlefield, 2003.

RISSE, Thomas. Neo-functionalism, European Identity, and the Puzzles of European Integration. *Journal of European Public Policy*, Special Issue, 2005.

SAURUGER, Sabine. *Théories et concepts de l'integration européenne*. Paris : Presses de Sciences Po, 2009.

SCHLENKER-FISCHER, Andrea. "Unity in diversity"? The acceptance of cultural diversity and its impact on the compatibility of national and European identity. In: ECPR FIFTH PAN-EUROPEAN CONFERENCE, University of Porto, June 26, 2010.

SZUCKO, Angélica Saraiva. Identidade europeia (e)levada ao cubo: um modelo de distribuição espacial das percepções identitárias na União Europeia, UnB: 2016 (Dissertação de mestrado).

THE EUROPEAN OPINION RESEARCH GROUP. European Union Public Opinion on Issues Relating to Citizenship and Sense of Belonging. *Special Eurobarometer Wave 60.1*, Bruxelas: Eurobarometer, Fev., 2004.

TINDEMANS, Leo. Bulletin of the European Communities, Supplemente 1/76, 1975. Disponível em: http://aei.pitt.edu/942/. Acesso em 13/10/2015.

Apêndice: Indicadores

Identidade cívico-institucional (12-0)

1) Grau de institucionalização:

   1.1 Adesão à Zona Euro: Sim (3); Não (0)

   1.2 Participação no Espaço Schengen: Sim (3); Não (0)

2) Sentimento de Europeidade: *QD4. In your opinion, among the following issues, which are those that most create a felling of community among EU citizens?"* (EUROPEAN COMMISSION, 2015, p. 28)

   2.1 Economia:

   - Primeira posição (3)

   - Segunda posição (2)

   - Terceira posição (1)

   - Outras posições (0)

   2.2 Leis:

   - Primeira posição (3)

   - Segunda posição (2)

   - Terceira posição (1)

   - Outras posições (0)

Identidade histórico-cultural (9-0)

3) Formação ocidental europeia no século XX:

   3.1 Vinculação a regimes autoritários comunistas: Sim (0); Não (3)

4) Sentimento de Europeidade: *QD4. In your opinion, among the following issues, which are those that most create a felling of community among EU citizens?"* (EUROPEAN COMMISSION, 2015, p. 28)

4.1 Cultura:

- Primeira posição (3)

- Segunda posição (2)

- Terceira posição (1)

- Outras posições (0)

4.2 História:

- Primeira posição (3)

- Segunda posição (2)

- Terceira posição (1)

- Outras posições (0)

Identidade nacional (6 – 0)

5) Grau de nacionalismo: *QD2. Do you see yourself as...? Options: nationality only, nationality and European, European and nationality, total European*" (EUROPEAN COMMISSION, 2015, p. 22)

5.1 Percentual na opção "apenas nacional":

- 10% ou mais acima da média europeia (3);

- Entre 1% e 9% acima da média europeia (2);

- Entre 0% e 9% abaixo da média europeia (1);

- 10% ou mais abaixo da média europeia (0).

6) Comportamento em relação a outras culturas e a populações imigrantes:

6.1 Tipo de comunidade:

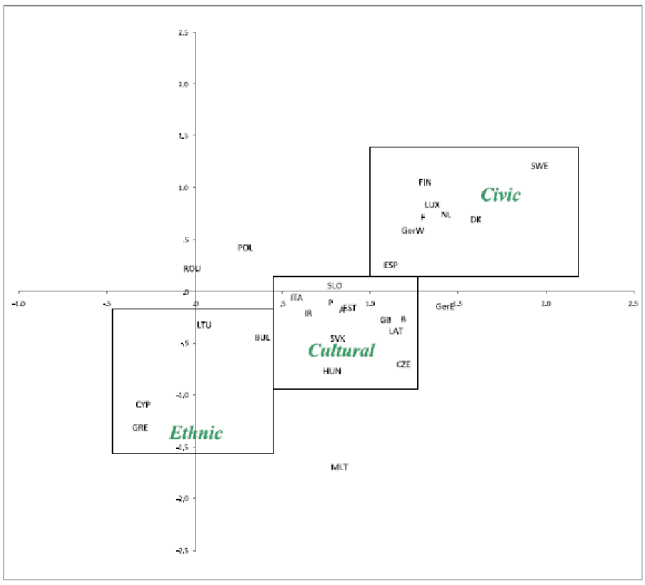
- Primordial/étnica [nacionalista] (3)

- Intermediária entre étnica e cultural[13] (2,5)

- Tradicional/republicana/cultural [multinacional] (2)

- Universalista/liberal/cívica [pós-nacional] (1)

Figure 7: Classification of countries (two-dimensional space, EU 27)



The higher the mean for index 1 (x-axis), the more acceptance of cultural diversity.
The higher the mean for index 2 (y-axis), the easier the access to the national community.
Source: Eurobarometer Survey 71.3, fieldwork 2009.

FONTE: SCHLENKE

[13] De acordo com Schlenker-Fischer (2010, p. 22): "*Citizens in Romania and Poland also restrict Access to their national community quite strongly, yet, nevertheless accept cultural diversity more that ethnic countries. In contrast, the majority in Malta does not make access depend om Maltese ancestry, yet they accept least cultural diversity. Therefore, these countries do not fit into the classification proposed here.*" Por estes motivos, foi proposta uma classificação intermediária entre as comunidades étnicas e culturais.